

***ACCOUNTABILITY* EDUCACIONAL NO NORDESTE BRASILEIRO: CONCEPÇÕES E TRAJETÓRIAS**

Ana Lúcia Felix dos Santos – UFPE- BRASIL

ana.fsantos@ufpe.br

Anadréia Ferreira da Silva – UFCG – BRASIL

silvaandrea@uol.com.br

Eloísa Maia Vida – UECE – BRASIL

eloisa.vidal@uece.br

Introdução

O presente trabalho apresenta pesquisa em fase de desenvolvimento que se referencia no campo dos estudos sobre a ação do Estado regulador e avaliador e sua relação com os dispositivos de *accountability*. Toma como foco a *accountability* educacional como elemento que constitui a (re)configuração da regulação estatal sobre os processos educativos na atualidade.

A investigação desenvolve um estudo sistemático sobre as políticas de avaliação educacional adotadas nos nove estados que integram a Região Nordeste do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, entendendo-as como mecanismos de regulação que configuram a *accountability* educacional. Tem como objetivo principal compreender o desenvolvimento e a utilização de dispositivos criados em cada estado da região com vistas ao fortalecimento das políticas de *accountability*, analisando como se articulam os pilares da avaliação, prestação de contas e responsabilização e aos modelos e formas de *accountability*.

Parte da perspectiva de que o desenvolvimento de dispositivos de *accountability* nem sempre são motivados por razões democráticas, mas, também, visam atender e exacerbar lógicas competitivas, gerencialistas e de responsabilização, que vêm contribuindo para o aprofundamento de processos de hierarquização das escolas e de naturalização das desigualdades educacionais.

Considerando o exposto, o presente trabalho está organizado em três momentos. Inicialmente, apresenta a pesquisa em curso – recorte e metodologia. Em seguida,

discorre sobre os estudos e levantamento já realizado sobre os sistemas estaduais de avaliação externa. Por fim, algumas considerações sobre o alcance da investigação.

Metodologia

A metodologia inclui a realização de estudos exploratórios, análise de documentos, entrevistas com atores que participaram dos processos. O recorte temporal compreende o período de 2000 a 2021, considerando que esse período marca o surgimento e fortalecimento das políticas nos estados em questão. O método de tratamento dos dados se baseia na análise de conteúdo.

O ponto de partida do estudo são os nove estados nordestinos que já possuem mecanismos de avaliação em larga escala aplicados à sua rede escolar e/ou as redes escolas de seus municípios. Para a aproximação do objeto de estudo, será realizada uma caracterização geral e educacional dos estados, das iniciativas de avaliação externa e dos mecanismos de *accountability* criados ao longo dos últimos vinte anos.

Em seguida, pretende-se identificar de forma ampla o desenho que associa cada sistema de avaliação estadual a esses mecanismos. Nessa etapa, haverá o refinamento do levantamento de modo a produzir um mapeamento das distintas situações estaduais, dando ênfase aos diferentes dispositivos que vão sendo elaborados ao longo dos anos nos diferentes sistemas de avaliação estaduais.

Avaliação externa e sistemas estaduais de avaliação educacional

A avaliação dos sistemas educacionais como política pública vem crescendo ano a ano no Brasil, com destaque para a utilização de diferentes procedimentos de avaliação externa e sua consequente aplicação de exames standardizados a estudantes (ESTEBAN, 2011; SILVA, 2016). Santos e Oliveira (2021, p. 15) afirmam que

No Brasil, as políticas de avaliação educacional vêm tomando destaque desde o final da década de 1990, quando da elaboração do Saeb. Esse movimento vem se fortalecendo ao longo dos anos com estratégias articuladas de política que, nacionalmente, colocam foco em formas de regulação da educação via ampliação dos processos de avaliação e da adoção de indicadores sintéticos, como o Ideb.

Acompanhando a tendência nacional, estados e municípios também vêm instituindo suas políticas próprias de avaliação externa em larga escala da educação básica. Considerando os 26 estados que compõem a federação brasileira, computa-se

que 23 deles, mais o Distrito Federal, possuíam sistemas de avaliação da educação básica em desenvolvimento no ano de 2020.

Nosso campo empírico será composto pelos sistemas de avaliação desenvolvidas dos estados do Nordeste brasileiro, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Sistemas Estaduais de Avaliação da Educação Básica na Região Nordeste

Estado	Ano Implantação	Período Contínuo	Sistemas De Avaliação
Ceará	1992	1992 - 2019	Sistema de Avaliação Permanente da Educação Básica (SPAECE)
Bahia	1999	1999 a 2004	Projeto de Avaliação Externa do Estado da Bahia
	2008	2008 a ...	Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE)
Pernambuco	2000	2007 a ...	Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE)
Piauí	2011	2011 a ...	Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI)
Alagoas	2001	2001 a 2005	Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas (SAVEAL)
	2012	2012 a ...	Sistema de Avaliação de Aprendizagem da Rede Estadual de Ensino de Alagoas (AREAL)
Sergipe	2004	2004 a 2006	Exame de Avaliação da Educação Básica do Estado de Sergipe (EXAEB/SE)
		2020 a ...	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe (SAESE)
Paraíba	2012	2012 a ...	Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba (AVALIANDO IDEPB)
Maranhão	2015	2015	Sistema de Avaliação Estadual (AVALIA MARANHÃO)
	2016	2016 a ...	Plano MAIS IDEB
		2020 a ...	Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA)
Rio Grande do Norte	2016	2016 a ...	Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional da Secretaria do Estado da Educação do RN – (SIMAIS)

Fonte: Elaboração própria.

Ao tratar da pesquisa tomando como campo empírico diferentes estados nordestinos, estamos considerando que mesmo quando as políticas “apresentam elementos de aproximação, é possível destacar as margens de autonomia possível de cada estado que podem influenciar no desenho das políticas de *accountability* educacional” (AFONSO, 2019, p. 10). Essa margem de autonomia confere diferenciações importantes e podem nos ajudar a entender melhor as nuances que

marcam essas medidas de políticas, inclusive podendo ter maior foco em uma dimensão da *accountability* que em outra (avaliação, responsabilização e prestação de contas).

Em meio a essas ações que disseminam um referencial normativo articulado ao processo de acumulação capitalista, destaca-se a centralidade e consolidação de mecanismos de avaliação em larga escala adotados como estratégias de ação governamental para empreender mudanças no setor educacional. Tal centralidade associa a avaliação à qualidade da educação e tem levado diversos pesquisadores a afirmar que estamos vivenciando concepções estatais denominadas de Estado avaliador e Estado regulador. Para Afonso (2001; 2018), são concepções de Estado emergentes no atual processo de “globalizações” e que se manifestam como uma nova forma de legitimação do Estado, aparentemente inovadora, mas com a real finalidade de retrainir as políticas públicas, os direitos sociais, econômicos e culturais.

O movimento de ampliação das avaliações externas com a divulgação de resultados tem gerado diversas consequências, entre elas a responsabilização pelos resultados que ‘ora elege os professores, ora elege os gestores, ou ambos pelo sucesso ou fracasso dos alunos e a criação de mecanismos de incentivos simbólicos ou monetários’ (VIDAL; VIEIRA, 2011, p. 424).

Considerações finais

Pretende-se, com os resultados obtidos na pesquisa, fomentar discussões que favoreçam a reflexão crítica desses processos no Brasil, de modo a contribuir para o debate sobre os procedimentos que envolvem a avaliação e a qualidade da educação, mais especificamente, vinculadas às propostas de regulação educacional e de *accountability* implantadas em uma das regiões mais pobres do país, a Região Nordeste, que, ainda, enfrenta grandes desafios no que se refere à garantia do direito à educação básica obrigatória para significativa parcela de sua população.

Referências

AFONSO, A. J. Prefácio. A propósito de políticas de *accountability* em educação: leituras outras em torno de um projeto de pesquisa. In: SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. **Políticas de *accountability* em educação**. Perspectivas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização. Ijuí: Ed. Unijuí, 2019.

AFONSO, A. J. Políticas de responsabilização, equívocos e ambiguidades político-ideológicas? **Revista da Educação**, PUC-Camp., Campinas, 23(1):8-18, jan./abr., 2018.

AFONSO, A. J. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 75, ago., 2001.

AZEVEDO, J. M. L.; GOMES, A. M.. Intervenção e regulação: contribuição ao debate no campo da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 15, n. 28, p. 95-107, jan./jun., 2009.

ESTEBAN, M. T. Exames nacionais e desafios à avaliação da educação no Brasil. **Anuário Educativo Brasileiro: visão retrospectiva**. São Paulo: Cortez, 2011. (p. 251-262).

OLIVEIRA, M. Â. A.; SANTOS, A. L. F. *Accountability* educacional: sentidos discursivos em análise. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 32, e07946, 2021.

SHNEIDER, M. P. Tessituras intergovernamentais das políticas de *accountability* educacional. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 43, p. 162-186, jan./mar. 2017.

SILVA, A. F. Políticas de *accountability* na Educação Básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - v. 32, n. 2, p. 509 - 526 maio/ago. 2016.

VIDAL, E. M.; VIEIRA, S. L. Gestão educacional e resultados do Ideb: um estudo de caso em dez municípios cearenses. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 50, 2011.